

CICLOS PETISTAS DE AJUSTE E SUAS CONTRADIÇÕES: CONDIÇÕES SÓCIO- POLÍTICAS PARA O GOLPE DE 2016

Alba Maria Pinho de Carvalho¹

Natan dos Santos Rodrigues Júnior²

Eliana Costa Guerra³

Luciana Ribeiro Moura⁴

RESUMO: O artigo apresenta configurações do “Brasil do Presente”, tomando como referência a última década do século XX e as duas primeiras do século XXI, tendo como marco histórico-político, processos de inserção tardia e dependente do Brasil ao capitalismo financeirizado, a circunscrever o chamado ajuste estrutural brasileiro. Busca delinear os percursos deste processo de ajuste, ao longo das últimas três décadas, com ênfase na análise dos ciclos petistas de ajuste. Para adentrar no modelo brasileiro de ajuste rentista-neoextrativista, fundado na composição orgânica entre capital financeiro

¹ Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, integrando o corpo docente da Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Acadêmico e Profissional de Avaliação de Políticas Públicas. Coordenadora da Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina-RUPAL/UFC. E-mail: albacarvalho@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Integrante da Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina – RUPAL/UFC e do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS/UECE. E-mail: natan.srj@gmail.com

³ Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Saúde Coletiva – DSC e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: elianacostaguerra@hotmail.com

⁴ Advogada. Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: lucianamoura33@hotmail.com

e capital vinculado ao neoextrativismo e ao agronegócio, analisa perspectiva petista de conciliação de classes, a consubstanciar-se nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, mediante a consolidação das políticas de ajuste, em articulação com políticas de enfrentamento à pobreza. Em meio às inflexões do modelo petista, focaliza a tentativa de hibridização das políticas neoliberais com o neodesenvolvimentismo. Discute a crise brasileira contemporânea como o chão histórico do Golpe 2016. O artigo expressa um esforço crítico de pensar contradições nos ciclos de ajuste petistas, a gerar condições sócio-políticas para o avanço da extrema-direita, materializado em um governo ultraliberal, militarista, reacionário, em submissão aos ditames de segmentos conservadores do capital mundializado.

PALAVRAS-CHAVE: Ajuste Estrutural; Ciclos Petistas; Rentista-Neoextrativista; Conciliação De Classes; Golpe De Estado 2016.

PETITE CYCLES OF ADJUSTMENT AND THEIR CONTRADICTIONS: SOCIO-POLITICAL CONDITIONS FOR THE COUP D'ÉTAT 2016

ABSTRACT: The article presents configurations of the “Brazil of the Present”, taking as reference the last decade of the twentieth century and the first two of the twenty-first century, having, as a historical-political landmark, processes of late and dependent insertion of Brazil into the financially- to circumscribe the so-called Brazilian structural adjustment. It seeks to outline the pathways of this adjustment process, over the last three decades, with an emphasis on the analysis of the PT’s adjustment cycles. In order to enter the Brazilian model of rentier-neo-extractive adjustment, based on the organic composition between financial capital and capital linked to neo-extractivism and agribusiness, it analyzes the PT’s perspective of class conciliation, to be embodied in the governments of Luís Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, through the consolidation of adjustment policies, in articulation with policies to combat poverty. Amid the inflections of the PT model, it focuses on the attempt to hybridize neoliberal policies with neodevelopmentism. It discusses the contemporary Brazilian crisis as the historical ground of the 2016 coup. The article expresses a critical effort to think contradictions in the PTs’ adjustment cycles, to generate socio-political conditions for the advancement of the extreme right, materialized in an ultraliberal, militarist, reactionary, in submission to the dictates of conservative segments of globalized capital.

KEYWORDS: Structural Adjustment; Petistas Cycles; Rentier-Neo-Extractivist; Class Reconciliation; Coup D’etat 2016.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a pretensão de adentrar nos percursos do ajuste estrutural brasileiro ao capitalismo mundializado⁵, com ênfase na análise dos ciclos de ajuste petistas, destacando peculiaridades e contradições que, a nosso ver, estão na base do Golpe de 2016.

O cenário do “Brasil do Presente” está estreitamente vinculado à crise contemporânea brasileira, deflagrada em 2013, como uma expressão particular da crise do capital, manifestada em 2008. Em verdade, esta crise, que irrompe no sistema financeiro dos países centrais, é parte de um processo mais amplo, caracterizado por István Mészáros como crise estrutural do capital, urdida nos anos de 1970. Trata-se de uma crise de caráter sistêmico, de longa duração e de amplitude global, fato que demarca sua particularidade em relação às crises anteriores do capitalismo (MESZAROS, 2009).

Nesta perspectiva, para Mészáros, está em curso uma “crise estrutural profunda e cada vez mais grave que necessita da adoção de remédios abrangentes a fim de alcançar uma solução sustentável” (2011, p. 1). Ao longo dos últimos dez anos (2008-2018), o sistema do capital não conseguiu uma solução para esta crise que se prolonga e se desdobra em novas configurações, deslocando-se, geograficamente, dos países centrais para a periferia (HARVEY, 2011). Assim, na segunda década dos anos 2000, esta crise chega à América Latina e, especificamente, ao Brasil.

A intensificação do neoliberalismo, como uma tendência mundial, materializada nas chamadas “políticas de austeridade e de ajuste”, não consegue enfrentar a crise e seus desdobramentos, implementando mecanismos intensivos de espoliação das classes trabalhadoras, em meio aos processos de financeirização da economia e de reestruturação

⁵ Este esforço de categorização de ciclos de ajuste na experiência brasileira, empreendido por Alba Maria Pinho de Carvalho e Eliana Costa Guerra, materializa-se em distintas produções, apresentadas em seminários, eventos internacionais, em disciplinas, artigos e capítulos de livros. Resulta de um processo de pesquisa iniciado em 2012 e ainda em curso, acompanhando, inclusive, os movimentos da história recente no âmbito do Golpe de 2016 e da instauração de um governo de extrema-direita.

produtiva, com vista a manter os padrões de acumulação em suas novas configurações, preservando, de diferentes formas, os interesses do capital. É a chamada “política de acumulação por espoliação”, circunscrita por David Harvey (2016a), em uma conjuntura marcada pelo ataque sistemático aos direitos trabalhistas e previdenciários e pelo recrudescimento do neoconservadorismo (BRAGA, 2016b). Em um contexto de desemprego e precarização estrutural do trabalho, o capitalismo contemporâneo aumenta o nível de sujeição dos trabalhadores frente às exigências do capital.

Em termos específicos do Brasil, a partir de 1990, efetiva-se um modelo de ajuste, a encarnar a dupla dependência brasileira: o modelo rentista-neoextrativista⁶, articulando os interesses e as formas de acumulação de dois segmentos do capital: capital rentista e capital vinculado ao novo extrativismo mineral e vegetal, ao agronegócio (CARVALHO et al, 2018; CARVALHO, 2017a; 2017b). Decorrem quase três décadas do chamado “ajuste estrutural brasileiro”, com base na ideologia neoliberal (HARVEY, 2016b), compreendendo inflexões, a circunscrever diferentes ciclos de ajuste (CARVALHO & GUERRA, 2015).

No final da década de 1990, a ideologia neoliberal, materializada nos governos de ajuste, sobretudo na “era FHC”, é alvo de crítica sistemática, desenvolvida por importantes movimentos sociais e organizações políticas, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores - PT e da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Ao assumir o governo, em 2003, o PT, envolto em uma política de alianças, inclusive, com partidos e políticos representantes dos interesses do capital e segmentos conservadores, com vinculações orgânicas à política tradicional, materializa as diretrizes e os mecanismos macroeconômicos das chamadas políticas de ajuste, reeditando a ideologia neoliberal com determinadas inflexões, no decorrer dos diferentes governos petistas (CARVALHO & GUERRA, 2015; 2016). Ao longo das eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, o PT amplia o seu arco

⁶ Modelo centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas, em uma reedição contemporânea do modelo extrativista primário-exportador (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

de coligações com segmentos do capital e de forças conservadoras, no âmbito de partidos do campo da direita e do centro-direita⁷.

BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX: AJUSTE DEPENDENTE AO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Ao longo de quase três décadas (1990-2019), o Brasil vivencia a chamada experiência de ajuste estrutural⁸, implementando o modelo rentista-neoextrativista, a acirrar sua dependência, nos circuitos do capitalismo mundializado, com diferentes inflexões, circunscrevendo distintos ciclos, no “Brasil do Ajuste”⁹.

⁷ Cabe destacar dois elementos emblemáticos desta aliança do PT com representantes dos interesses do capital e de segmentos conservadores: o documento denominado “Carta ao Povo Brasileiro”, de 2002, elaborado, dentre outros motivos, para tranquilizar o mercado quanto à manutenção do modelo de ajuste em curso; as coligações partidárias do PT que, a cada pleito (2002, 2006, 2010 e 2014), em meio a partidos de esquerda, alia-se, também, com representantes de forças conservadoras, incluindo membros de oligarquias regionais, a exemplo de José Sarney, no Maranhão, Renan Calheiros, em Alagoas e Eunício Oliveira, no Ceará, em reedição de velhos modos de governar, com base no fisiologismo e no “balcão de negócios”.

⁸ Denomina-se “ajuste estrutural” os processos de reconfiguração das estruturas econômicas, financeiras, políticas e ideológicas, com vistas à inserção dos países à nova ordem do capitalismo mundializado. Para os países dependentes e prisioneiros de endividamento externo, os centros dominantes do capitalismo, com destaque para os Estados Unidos, definem uma agenda de ajuste, materializada no chamado Consenso de Washington, que prescrevia abertura irrestrita dos mercados nacionais ao capital estrangeiro, desregulamentações, privatizações e medidas de controle da inflação, com base em políticas de austeridade. Trata-se de um receituário de reformas, capitaneado pelas agências multilaterais, com destaque para o Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Neste sentido, são efetivadas “reformas do Estado”, para ajustá-los aos ditames do capital financeirizado. Estavam, então, na pauta dessas agências as reformas trabalhista, previdenciária e fiscal.

⁹ Em publicações de 2015, 2016 e 2018, CARVALHO e GERRA distinguem cinco ciclos de ajuste na experiência brasileira, quais sejam: 1 – ciclo de estabilização da economia, compreendendo os governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002); 2 – ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas, compreendendo o primeiro governo Lula (2003-2006) e parte do segundo (2007-2008); 3 – ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo, a partir da segunda metade do segundo governo Lula (2009-2010) e primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014); 4 – ciclo de retomada

A rigor, no Brasil, os circuitos do ajuste são deflagrados em 1990, com a inserção do país no capitalismo financeirizado, demarcando sua entrada tardia nos processos de ajuste da América Latina, no contexto de mundialização do capital, com dominância financeira (CHESNAIS, 1996).

Assim, a partir da última década do século XX, o Brasil assume uma inserção ativa e dependente nos circuitos da financeirização da economia, com a efetiva participação do Estado, empreendendo processos de acumulação, baseado na articulação do agronegócio, neoextrativismo. É a implementação na íntegra do receituário neoliberal, via Agenda de Washington iniciada, tardiamente, com a vitória de Fernando Collor de Melo, na disputa eleitoral de 1989. A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a Presidência da República, em 1995, e depois sua reeleição para um segundo mandato, em 1998, representou a consolidação da agenda neoliberal, em seus pilares: liberalização, abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado. Trata-se do ciclo de estabilização da economia, que marca toda a década de 1990 e limiar dos anos 2000 (CARVALHO & GUERRA, 2015; 2016).

Em meio à implementação desta agenda neoliberal, o país vivenciou ampla redução do assalariamento formal, em especial no setor secundário, resultado da política de desindustrialização, em suas diferentes fases, decorrente da experiência de ajuste brasileira. De 1994 a 2000, o desemprego no Brasil passou de 4,5 milhões para 11,5 milhões de trabalhadores, respectivamente, alcançando uma taxa de desemprego de 15% (POCHMANN & BORGES, 2002). Flexibilização e expansão da informalização dos postos de trabalho tiveram, como resultado, a precarização ainda maior dos empregos assalariados de carteira assinada no país.

Nesse período histórico, de dominância da ideologia neoliberal, nos marcos de um Estado Ajustador que “ajusta e ajusta-se aos ditames

da ortodoxia rentista, em um ajuste à direita, que se dá com o segundo governo Dilma, interrompido pelo impeachment; 5 – ciclo da submissão radical ao financismo e desmonte de direitos, pela via do Golpe de 2016 (Governo Temer 2016-2018). (CARVALHO, 2016; 2018). E, mais recentemente, ciclo de ultraliberalismo dependente, com dominância da extrema direita, nos marcos do chamado bolsonarismo.

do capital” (CARVALHO, 2006), consubstanciado, sobretudo, na “era FHC”, o Brasil vivencia o mais intenso processo de ajuste ao capitalismo financeirizado. Leda Paulani (2015) analisa que o programa do Governo FHC (1995-2002) define as condições fundamentais para o ingresso ativo do país na era da financeirização. Indiscutivelmente, este tempo histórico de consolidação do neoliberalismo é marcado por cortes de recursos públicos, a expropriarem verbas das políticas sociais, comprometendo a materialização de direitos conquistados na Constituição de 1988.

Neste contexto, forças progressistas e de esquerda, alinhadas aos movimentos sociais, com destaque para a CUT e o Movimento dos Sem-Terra - MST, empreendem formas de resistência que, se não conseguem barrar as reformas neoliberais, mantém tais reformas dentro de determinados limites, na defesa de direitos trabalhistas e sociais. É um momento de tensionamento explícito, de formas de resistência, no enfrentamento ao neoliberalismo, na versão brasileira do ajuste.

Ao final do século XX e limiar do século XXI, o projeto neoliberal demonstrava sinais de desgaste, como uma tendência mundial, a perpassar a civilização contemporânea do capital. De tal projeto decorrem baixos índices de crescimento econômico e aumento da concentração de renda nas frações mais ricas das classes dominantes nacionais e internacionais, acirrando a desigualdade, desemprego, pobreza e violência. São estes indicadores de uma crise do neoliberalismo, com expressões diferenciadas em países da América Latina, no deflagrar dos anos 2000.

Neste cenário, importantes lutas sociais desenvolvem-se em todo o mundo, como os movimentos anti-globalização, em Seattle (1999), as diversas edições do Fórum Social Mundial, a partir de 1999, e, ainda, revoltas populares nas periferias do sistema. Especificamente na América Latina, emergem e difundem-se processos de intensa mobilização, em resposta ao debacle das políticas neoliberais. Tais processos de articulação e organização resultam na eleição de governos progressistas e de esquerda que assumem, então, com maior ou menor intensidade, agendas antineoliberais, configurando o que, à época, foi denominado de “virada à esquerda” (CARVALHO, 2006). Dentre estes governos, cabe destacar:

Hugo Chavez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador; e Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil.

Diante do desgaste do neoliberalismo, a grande burguesia internacional realiza ajustes em sua estratégia: o Estado passa a intervir nas “falhas do mercado”, buscando inserir, de forma precária e pontual, segmentos expropriados nos circuitos de expansão sem limites do capital. No caso do Brasil, tal modelo acirra a dependência brasileira ao sistema do capital, mantida e consolidada nos quatorze anos de governos petistas de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), em uma versão de conciliação de classes.

OS CICLOS PETISTAS DE AJUSTE: CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS E NEODESENVOLVIMENTISMO NOS MARCOS DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES

O primeiro governo Lula (2003-2006) deflagra um *segundo ciclo de ajustes*, ao conciliar elementos sistêmicos de continuidade da “Era FHC”, com o crescente aumento das chamadas “políticas de enfrentamento à pobreza”. Trata-se de um novo momento histórico do Brasil, a inserir-se nesta chamada “virada à esquerda” no continente latino-americano, com configurações peculiares de um governo de ajuste, conduzido por um presidente oriundo das lutas de oposição e de resistências. Todavia, longe de enfrentar e/ou tensionar os interesses do capital, o Governo Lula avança na consolidação das políticas neoliberais, no âmbito de um “reformismo sem reformas estruturais”. Como bem sintetiza Francisco de Oliveira, tem-se, no Brasil de Lula, processos de uma “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2007)¹⁰.

Nos marcos da crise do capital, em seus permanentes deslocamentos e às redefinições geopolíticas mundiais, o Brasil consolida sua posição no cenário mundial como plataforma internacional de valorização financeira, ao garantir ganhos inigualáveis ao rentismo, por meio da elevação das

¹⁰ Francisco de Oliveira (2007) denomina de hegemonia às avessas a este curioso fenômeno em que parte “dos de baixo” dirige o Estado por intermédio do programa “dos de cima”.

taxas de juro, no âmbito de uma política monetária e cambial de ajuste (PAULANI, 2012a; 2012b¹¹). Carvalho e Guerra assim circunscrevem este ciclo petista de ajuste:

Este é o segundo ciclo de ajuste a se consubstanciar no primeiro e em parte do segundo governo Lula, que, de um lado, segue à risca a política macroeconômica de ajuste e, de outro, investe em políticas de enfrentamento à pobreza, garantindo uma inserção social passiva das massas pela via do consumo (CARVALHO & GUERRA, 2015, p. 50).

Em verdade, mantém-se e aprofunda-se a inserção brasileira dependente ao capitalismo mundializado, circunscrita como “era de servidão financeira”¹² (OLIVEIRA *et al.*, 2010), efetivando-se, no dizer de Ruy Braga, uma “forma sui generis de dominação social que se enraizou no Brasil” (BRAGA, 2010, p. 7). Carlos Nelson Coutinho configura este ciclo petista como uma “hegemonia da pequena política, quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes projetos de sociedade e passa, portanto, a ser vista como terreno alheio à vida cotidiana dos simples indivíduos, como administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 32). Neste segundo ciclo de ajuste do primeiro governo Lula e de parte do segundo, o país consegue atingir patamares de crescimento consideráveis no contexto do ajuste neoliberal.

Com efeito, a expansão dos mercados financeiros globais e a elevação dos preços das *commodities*, produzidas no Brasil, somadas às escolhas políticas do governo Lula, criaram um ambiente favorável ao crescimento econômico, com baixa inflação, embora alguém dos demais países emergentes¹³. De fato, na política econômica mantém-se orientações neoliberais, mas operam-se variações no modelo, obtendo resultados

¹¹ Ver Paulani (2012a).

¹² Esta configuração está delineada no título do livro de 2010 da Boitempo, organizado por Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, qual seja, “Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.

¹³ Ver IPEA (2012).

positivos em termos de crescimento econômico, geração de emprego e rendimento dos trabalhadores e estruturação de políticas assistenciais para os estratos mais vulneráveis da população, quando comparado aos números da década de 1990 (MACÁRIO *et al.*, 2016). Este padrão do primeiro governo Lula sustenta a perspectiva de um desenvolvimento econômico com inclusão social, em meio à crise do capital, atendendo, de forma eminentemente desigual, “os interesses da nação”, em uma versão marcada pela ideologia da conciliação de classes.

Ao examinar criticamente as inflexões petistas no modelo de ajuste brasileiro, Rodrigo Castelo (2013) denomina este ciclo de ajuste de *social-liberalismo*, colocando ênfase na articulação das políticas de ajuste com as chamadas “políticas de enfrentamento à pobreza”, que circunscrevem a pretensão de uma conciliação de classes. Assim, avalia Castelo (2013, p. 264):

O núcleo central das políticas neoliberais – que consiste em políticas econômicas e de refuncionalização estatal para as retomadas das taxas de lucro com ênfase na financeirização da riqueza – permanece como um dogma inquestionável, não passível de alteração nem mesmo de debate. Restaria, como alternativa “realista”, a promoção de ações sociais nas fissuras provocadas pelas falhas de mercado, uma espécie de operação microscópica sobre os mecanismos capitalistas de produção de gigantescas desigualdades socioeconômicas.

Os últimos dois anos do segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) demarcam uma inflexão no modelo brasileiro de ajuste ao capitalismo financeirizado. Em suma, este *terceiro ciclo de ajuste* propõe-se a articular a política macroeconômica neoliberal com o chamado neodesenvolvimentismo (CARVALHO & GUERRA, 2015). É uma construção híbrida, tentando conciliar políticas neoliberais de ajuste com uma retomada do desenvolvimentismo, difundido como “neodesenvolvimentismo”. À época, este chamado novo desenvolvimentismo, como uma estratégia do ciclo petista de ajuste,

desencadeou uma polêmica sobre a natureza desta proposta: um segmento de analistas enveredou por uma discussão do neodesenvolvimentismo como uma terceira via de ajuste ao capitalismo mundializado; outro segmento de pesquisadores discute o neodesenvolvimentismo como uma via de ampliação do neoliberalismo, em uma combinação, de fato, sui generis do modelo brasileiro de ajuste.

Luiz Carlos Bresser Pereira foi um dos primeiros a teorizar sobre esta busca de atualização do desenvolvimentismo no âmbito do Estado brasileiro, como um terceiro caminho:

O novo desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12).

Neste aporte, fica patente a concepção do neodesenvolvimentismo como um caminho alternativo ao neoliberalismo. Ademais, são retomadas ideias das décadas de 1940-50, segundo as quais seria possível às nações periféricas alcançarem o padrão de desenvolvimento dos países centrais. É esta uma concepção de teóricos próximos aos governos petistas, a diluírem a perspectiva do modelo de ajuste neoliberal, assumido pelo Brasil e outros países da América Latina.

Giovanni Alves (2016) coloca este neodesenvolvimentismo no centro da crítica, vinculando-o a uma forma de privilegiamento dos interesses do capital monopolista, no contexto da crise. Segundo Alves (2016), o neodesenvolvimentismo seria “[...] uma outra visão de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema-mundo do capital” (p. 114), com forte atuação do Estado, visando criar as condições para o crescimento da

economia, bem como para o fortalecimento do mercado interno, com redução dos níveis de pobreza e políticas distributivas.

Em verdade, essa tentativa de hibridização das políticas de ajuste com neodesenvolvimentismo é uma alternativa buscada pelos governos petistas para garantir crescimento econômico, em um contexto internacional desfavorável ao modelo rentista-neoextrativista, bem diferente do cenário do primeiro governo Lula. Nesta perspectiva, o Estado brasileiro é chamado a assumir uma função crucial, seja como financiador, a exemplo da relação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com as grandes corporações de capital privado nacional, seja como investidor, como se manifestou, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É desta simbiose entre neoliberalismo e busca da aceleração do crescimento econômico que emergem as bases ideológicas do neodesenvolvimentismo petista¹⁴.

Esta articulação híbrida entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo não conseguiu se afirmar na vida brasileira. De fato, os setores produtivos, os empresários não aderiram às proposições de desenvolvimento propugnadas pelo governo petista na gestão Dilma Rousseff. Luis Carlos Bresser-Pereira, nas suas teorizações sobre o novo desenvolvimentismo, já alerta a exigência de um consenso interno:

Um consenso pleno é impossível, mas um consenso que una empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo e classes médias profissionais – um acordo nacional, portanto – está, hoje, em processo de formação, aproveitando o fracasso da ortodoxia convencional (2006, p. 13).

A rigor, este acordo nacional em torno do neodesenvolvimentismo não se estabelece, limitando-se às proposições governamentais. O capital financeiro, em articulação com o capital vinculado ao segmento

¹⁴ Chamamos de “neodesenvolvimentismo petista”, esta versão peculiar da aceleração do crescimento no século XXI, assumida no segundo governo Lula e primeiro governo Dilma Rousseff, com configurações distintas do modelo desenvolvimentista do século XX.

neoextrativista permanece como a base do modelo, mantendo lucros exorbitantes, em meio à crise que marca o final do primeiro governo Dilma. Esta crise, inclusive, expressa também o fracasso da hibridização entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, traduzindo-se em taxas ínfimas de crescimento e volta da inflação. O “pacto de conciliação de classes”, marcante nos governos petistas, começa a ruir, a partir da posição de ruptura das classes dominantes, a construir o chão para o Golpe de 2016.

Em uma crítica de fundo aos ciclos petistas de ajuste constata-se que o seu sustentáculo é a ideologia da conciliação de classes que, de fato, circunscreve “uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65)¹⁵. A rigor, esta ideologia encarna-se na busca do PT de preservar os interesses do capital, especialmente do capital financeiro e do capital vinculado ao neoextrativismo, garantindo, ao mesmo tempo, pequenos ganhos para os mais vulneráveis.

Em verdade, nos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff delineia-se o desenho de um pacto de classes, com a dominância da imbricação orgânica entre o rentismo e o capital vinculado à acumulação por espoliação, via agronegócio e mineração (CARVALHO *et al.*, 2018). De fato, intensifica-se uma tendência ao rentismo, esboçada desde a década de 1980 (MANZANO *et al.*, 2019), que se impõe, cada vez mais, ao longo do processo de ajuste e, mais especificamente, nos ciclos petistas. Tal tendência está na base da inserção subordinada do Brasil aos circuitos dos diferentes segmentos do capital financeiro, com a estratégia peculiar da ortodoxia do mercado de manutenção de um dos padrões de juros mais elevados do sistema do capital, visando atrair o capital especulativo.

Cabe ressaltar que os governos petistas mantêm esse privilégio do rentismo com alguns tensionamentos em relação a interesses imediatos do capital financeiro, via bancos privados. O governo adota, então, a estratégia de forçar os bancos públicos a oferecer empréstimos com taxas

¹⁵ Em sua obra “O Poder da Ideologia”, István Mészáros circunscreve chaves analíticas verdadeiras fecundas para pensar a ideologia na civilização contemporânea do capital.

de juros mais baixas, iniciada no segundo governo Lula e aprofundada no primeiro governo Dilma Rousseff. Merecem destaque, neste primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), os tensionamentos com os interesses imediatos do rentismo. Avalia Leda Paulani que este governo tomou posicionamentos, que fizeram Dilma Rousseff ser odiada pelo mercado financeiro.

[..] Começou com uma guinada no Banco Central, baixou os juros, enfrentou corajosamente o lobby financeiro, usando os bancos públicos para reduzir os *spreads* dos bancos privados, deu força para o PAC e para o “Minha Casa, Minha Vida” que é um grande pacote de investimentos e tem um efeito multiplicador na economia (PAULANI, 2014, p.2).

No âmbito dessa dominância do rentismo, em meio a tensionamentos, os governos petistas também apostam na política de enfrentamento à pobreza, viabilizando uma inclusão pontual dos setores pobres e miseráveis que as elites brasileiras, em seu atraso histórico, não aceitaram. Os governos petistas difundem a ideologia do “Brasil de todos”, assumida como slogan oficial. É a ideologia do modelo petista de “crescimento com inclusão”, em um “governo em que todos ganham”, mas de forma estruturalmente desigual.

Em verdade, a ideologia da conciliação de classes privilegia os interesses dominantes, fazendo concessões aos setores populares, no âmbito do chamado “social-liberalismo petista” (CASTELO, 2013). É esta uma concepção agradável extremamente lucrativa ao mercado e legitimada passivamente pelas populações que habitam às margens da vida social.

Segundo Ruy Braga (2016), o fenômeno do lulismo pode ser entendido como uma forma específica de regulação do conflito de classes. Este fenômeno configurou-se a partir do *consentimento passivo* da classe trabalhadora, que conquistou melhorias efetivas durante o período de expansão econômica - ainda que incomparavelmente aquém dos ganhos da burguesia -, bem como do *consentimento ativo* da burocracia sindical, lideranças de movimentos populares e grupos médios intelectualizados.

Em outras palavras, uma das novidades fundamentais desse programa de conciliação de classes do capitalismo dependente brasileiro reside na participação da alta burocracia de centrais sindicais na gestão do Estado, a partir da cooptação e do apassivamento do movimento sindical, conformando “um equilíbrio de forças do capital e do trabalho, desenvolvendo um governo de ajuste ao capital mundializado, em meio à adesão passiva das massas” (CARVALHO & GUERRA, 2015, p. 52).

As políticas de enfrentamento à pobreza tiveram importante impacto no combate à miséria absoluta nos setores mais marginalizados da classe trabalhadora no Brasil. Somados ao aumento do crédito direcionado ao consumo, em especial, nos últimos 15 anos, esta política representou uma das pilastras do modelo *lulista*, tendo resultado na incorporação de parte significativa dos trabalhadores empobrecidos ao consumo de bens duráveis. Assim, a expansão do consumo esteve alicerçada, em grande medida, por meio do endividamento, que alcançou, em setembro de 2016 – último ano dos governos petistas - o percentual de 58,2% das famílias brasileiras endividadadas, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)¹⁶.

O desemprego total caiu de perto de 20% em 2001 para menos de 10% em 2012, expressando a importante geração de postos de trabalho, acompanhado de expansão do número de trabalhadores com carteira assinada no emprego assalariado. No entanto, o que se verifica, no período, é a concentração dos empregos gerados na faixa salarial de 1/2 a 3 salários mínimos (SM), e uma redução dos empregos na faixa salarial acima de 3 SM (MACÁRIO, 2014).

Segundo dados da CUT e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de terceirizados no Brasil chegou a 12,7 milhões, em 2013. Estes trabalhadores, além de estarem mais propensos a acidentes de trabalho, recebiam, no período, 24,7% a menos do que aqueles que tinham contratos diretos com as empresas e trabalhavam três horas semanais a mais que os efetivos

¹⁶ Disponível em: 58,2% das famílias brasileiras estavam endividadadas em setembro, diz CNC. G1, GLOBO, 28 de setembro de 2016. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/582-das-familias-brasileiras-estavam-endividadadas-em-setembro-diz-cnc.html>.

(CUT, 2014). Desse modo, configura-se uma clara tendência a precarização do trabalho no Brasil, ainda durante os governos petistas.

Conformando uma tendência histórica, a conciliação de classes, propugnada pelos governos petistas, começa a ruir, em meio a crise do capital que chega ao Brasil, fragilizando as bases de sustentação do modelo rentista-neoextrativista na versão petista. Um marco de deflagração da crise do modelo petista de ajuste são as rebeliões de 2013 – as chamadas Jornadas de Junho – que explicitam e publicizam as contradições deste modelo, fazendo emergir, na cena brasileira, um desejo difuso de mudança, devidamente explorado por uma extrema-direita, a ganhar visibilidade pública. A crise contemporânea brasileira assume configurações econômicas e políticas, constituindo o chão histórico onde se enraíza o Golpe de 2016.

EROSÃO DO PACTO SOCIAL-LIBERAL E GOLPE DE 2016: OFENSIVA DO CAPITAL NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES

A manifestação da crise estrutural do capital, em fins de 2008, expandida ao longo do final da primeira década do século XXI e limiar da segunda, para os países dependentes em todo o mundo, ocasiona a queda dos preços das *commodities* e retração do investimento internacional. Para Alba Carvalho (2018), estamos diante do “esgotamento da versão petista do modelo dependente de ajuste do Brasil ao capitalismo mundializado: o modelo rentista-neoextrativista” (2018, p. 9). É o esgotamento da versão de ajuste, com base na ideologia da conciliação de classes.

Ao longo dos ciclos petistas de governo buscou-se forjar um pacto de classes, capaz de atuar nos efeitos mais perversos da questão social, ainda que permanecendo intacta a essência dos interesses do capital. Este pacto de classes implicou um processo de despolitização, cooptação e desmobilização dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, contando com a participação ativa de burocracias sindicais e lideranças de movimentos populares.

Em verdade, os governos petistas, organicamente comprometidos com os interesses de distintos segmentos do capital, forjam um pacto de classes com determinados segmentos da classe trabalhadora, via políticas de enfrentamento à pobreza, de diferentes matizes, que vão desde o aumento real do salário mínimo e, conseqüentemente, das aposentadorias e benefícios até a inserção de setores vulnerabilizados no contexto universitário, mediante Prouni, FIES e políticas afirmativas de cotas. A culminância são os programas de caráter distributivo, como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Inegavelmente, tais políticas repercutem numa melhoria das condições de vida, com níveis pontuais de inclusão, garantindo uma adesão passiva dos setores empobrecidos, a desenvolverem uma mentalidade de cidadania pelo consumo, arrefecendo os conflitos de classes e, conseqüentemente, as lutas sindicais e populares.

O foco das políticas de governo deixa de ser a organização coletiva e passa a ser o consumo de bens pelos indivíduos, dentro da lógica de que necessidades sociais são resolvidas no mercado e nas condições postas pelo mercado. Os governos petistas não apostam no poder popular e procuram resolver as questões por negociações particulares com segmentos do capital, com interesses específicos no âmbito de determinadas áreas. De fato, os movimentos sociais, no interior da sociedade civil, perdem força, gradativamente. Não reagem face a não realização de reformas estruturais pelos governos petistas, comprometidos com o capital, com destaque para a Reforma Agrária, Reforma Urbana e Reforma Tributária. Assim, em momentos-limite do enfrentamento de classes, como o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão política do presidente Lula, as massas desorganizadas não apresentam resistências à altura dos ataques, perdendo-se em reações pontuais de determinados movimentos sociais, articulados a setores das esquerdas e de segmentos progressistas.

Em um contexto internacional desfavorável, sobretudo em relação à posição da China - importante destino das exportações brasileiras -, explicita-se, de diferentes formas, a erosão do chamado pacto de classes petista no Brasil, fazendo emergir a crise brasileira contemporânea, na confluência da crise econômica e crise política, a expressar, de modo peculiar, a crise estrutural do capital (CARVALHO, 2018).

De fato, a crise do capital, inicialmente, contrabalanceada por medidas anticíclicas, como desonerações e incentivos a setores industriais (automóveis e eletrodomésticos), bem como pelo aumento do crédito ao consumo e endividamento das famílias brasileiras, começou a dar sinais que se fizeram sentir, com intensidade, em meados do primeiro governo Dilma (2011-2014), a registrar crescimento econômico de apenas 0,1%, ao final da gestão (RODRIGUES JR & CARVALHO, 2018).

Dilma Rousseff, eleita para um segundo mandato, após uma apertada vitória, no segundo turno, em um embate eleitoral com Aécio Neves (Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB), inicia este segundo governo, assumindo, de forma paradoxal, a agenda neoliberal do candidato derrotado. Em uma guinada à direita, a Presidenta Dilma Rousseff esboça o ajuste fiscal, marcado por austeridade e cortes em investimentos públicos. Na classificação de Carvalho e Guerra (2016), instaura-se um quarto ciclo de ajuste assim circunscrito:

[...] ajuste à direita, a retomar a ortodoxia das políticas de ajuste, nos marcos da financeirização dependente e dos processos de acumulação por espoliação, a privilegiar os interesses do capital, sem quaisquer limites do que pode ser nomeado de democracia de mercado (CARVALHO & GUERRA, 2016, p. 272-273).

Segundo Leda Paulani (2016, p. 73-74), “esse novo e fatal erro derrubou de vez a economia (o ano de 2015 fechou com queda de 3,8% no PIB e enorme elevação do desemprego) e abriu espaço político para a contestação do segundo mandato da presidente”.

A aplicação de medidas conservadoras no âmbito da ideologia neoliberal, em 2015, pelo segundo governo de Dilma Rousseff, não foi suficiente para contemplar as exigências imediatas dos diferentes segmentos do capital, especialmente do capital financeiro. De fato, as elites começam a romper com o governo, urdindo um golpe que terminaria por levar o vice-presidente Michel Temer ao poder¹⁷. É esta a alternativa das forças

¹⁷ Importante registrar que o golpe institucional ocorrido no Brasil não é uma anomalia na

do capital para manter as taxas de lucro, com base na superexploração da força de trabalho e apropriação do fundo público. Segundo Carvalho (2018, p. 11):

[...] As elites burguesas para manter suas taxas de lucro e de acumulação, em tempos de crise, deflagram um golpe de estado, depondo a presidenta democraticamente eleita, sem os devidos motivos jurídicos. A rigor, as elites não mais se satisfizeram com o chamado “social liberalismo petista”, efetivando um Golpe para impor o neoliberalismo mais violento e brutal, viabilizando a volta de um capitalismo selvagem, sem quaisquer controles democráticos.

Do ponto de vista das classes dominantes, o acirramento da crise do capital, nos últimos anos, exigia uma política intensificada de desmonte de direitos sociais e trabalhistas que permitisse um aumento, ainda mais brutal, da superexploração da força de trabalho, no Brasil. Nos circuitos da crise, a impossibilidade do Governo Dilma e das burocracias sindicais de manter o apassivamento sobre a classe trabalhadora, face o agravamento da situação econômico-financeira, com repercussões no universo do mundo do trabalho - demonstrado no aumento exponencial de greves em todo o território nacional, a partir de 2013 - foi um fator essencial para que a grande burguesia - que nunca, na história desse país, havia lucrado tanto como nos governos petistas – rompesse, mais uma vez, com a democracia formal brasileira, desestruturando o pacto de classe, que já não se apresentava como alternativa mais favorável aos interesses de acumulação do capital.

A esta impossibilidade de manter o apassivamento da classe trabalhadora juntaram-se elementos políticos que criaram condições efetivas para a ruptura do ciclo petista de ajuste: os posicionamentos da alta classe média, como força militante em grandes manifestações de

política internacional. Em tempos de crise estrutural do capital é perceptível o aumento da ação de grupos de extrema-direita e fascistas, bem como rupturas democráticas em diversas partes do mundo, em especial na América Latina, como nos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e as tentativas de desestabilização na Venezuela.

rua; a grande mídia e sua cobertura manipulatória sobre as denúncias de corrupção no escândalo do “Petrolão”; o apoio irrestrito de setores do capital privado interno e internacional que ambicionavam a privatização da Petrobrás e outras empresas estatais, e, ainda, a atuação de grupos políticos interessados em “estancar a sangria”, promovida pela Operação Lava-Jato.

Importante destacar o protagonismo político assumido pelo Judiciário brasileiro, em articulação com os poderosos grupos midiáticos monopolistas, no processo do Golpe de 2016. Carvalho (2018) avalia esta articulação orgânica Judiciário/Mídia de forte peso nas configurações golpistas:

Em verdade, a “Lava-Jato”, em seu mecanismo de combate à corrupção, abriu uma Caixa de Pandora de desestruturação do Estado de Direito. De fato, para seguir em sua proclamada e fetichizada cruzada contra a corrupção, implementou, como grande estratégia, uma flexibilização das leis, dos direitos, das salva-guardas, das proteções legais (...). A Lava-Jato mostra, de forma emblemática, o papel de peso dos grandes meios de comunicação. De forma incontestável, a Grande Mídia, negócio privado e monopolista, cumpre um papel decisivo ao longo de toda a arquitetura do Golpe 16, desenvolvendo o que Leda Paulani (2014) denominou de “*Terrorismo Midiático*”, no sentido de legitimar ideologicamente este golpe (CARVALHO, 2018, p. 16).

Assim, constituiu-se o cenário político da ofensiva neoliberal restauradora, fundada na radicalização das políticas neoliberais, no desmonte de direitos sociais, na espoliação das riquezas nacionais e no desmanche de políticas públicas, penalizando, fortemente, a classe trabalhadora e os segmentos mais empobrecidos. De fato, estava em questão o avanço do neoliberalismo, exigido pelas forças brutas do mercado:

[...] as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários; um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista (RUY BRAGA, 2016, p. 60).

O governo ilegítimo, capitaneado por Michel Temer (MDB), com apoio dos tucanos do PSDB, aplicou à risca o programa contido no documento intitulado *Uma ponte para o futuro*, em que é configurada uma política neoliberal plena e ortodoxa.

A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma (PAULANI, 2016, p. 74).

Indiscutivelmente, ao longo dos circuitos do Golpe 16, efetivou-se, na vida brasileira contemporânea, a destruição dos direitos sociais, garantidos pela Constituição Federal de 1988. De fato, a pesada arquitetura de “golpes dentro do Golpe”, foi desestruturando a lógica de cidadania fundante do texto constitucional. Giovanni Alves (2017) assim explicita:

O desmonte da Nação implica em abolir direitos conquistados nas últimas décadas vinculados ao projeto de civilização brasileira. Desmontar a CLT e abolir a parte social da Constituição de 1988 faz parte do conjunto de reformas neoliberais do governo Temer visando satisfazer os interesses do bloco neoliberal no poder (burguesia rentista-parasitária hegemônica com aliança com a burguesia agroexportadora, e a burguesia interna, que se beneficia das benesses do Estado, capturado pelos interesses rentistas) (ALVES, 2017, p. 104).

Uma expressão emblemática de tal desmonte da Nação é a aprovação de Emenda Constitucional 95, a congelar por 20 anos os gastos sociais, sobretudo gastos no âmbito da proteção social, instaurando a lógica do financismo na chamada Constituição Cidadã. Igualmente, destacam-se nesta ofensiva do capital as contrarreformas do Ensino Médio, das leis trabalhistas e da Previdência Social. Evidenciam-se, também, mudanças na política externa, com o abandono de parcerias Sul-Sul e um maior alinhamento com o imperialismo norte-americano e os governos de direita da América Latina.

O golpe de Estado de 2016 representa, desta forma, uma nova inflexão no projeto das classes dominantes no Brasil. A rigor, em meio a um aprofundamento da crise estrutural do capital, afirmou-se, como marca do sistema do capital contemporâneo, o retorno à ortodoxia do neoliberalismo, ausente de concessões mínimas aos segmentos dos trabalhadores. Neste contexto, Carvalho destaca processos de redefinição do espaço estatal brasileiro:

A imposição de uma nova configuração de Estado, de caráter conservador e autoritário, com um crescente fechamento democrático. É um Estado submetido aos interesses do financismo, nos marcos de uma exacerbação de neoliberalismo, com um amplo retrocesso no campo dos direitos sociais e trabalhistas que remontam a um Brasil de 80 anos atrás, um Brasil pré-Vargas! (CARVALHO, 2017b, p. 3-4).

Assim, põem-se em marcha - e em um ritmo acelerado - as retiradas de direitos sociais e o desmonte absoluto de qualquer legislação que ponha limites à superexploração da força de trabalho. É uma retomada do capitalismo selvagem com a destituição dos controles democráticos. Numa análise das relações de forças sociais no Brasil do Presente, Carvalho (2018, p. 3) afirma:

Vivemos um tempo de acirrado antipetismo que termina sendo uma onda anti-esquerda, com um avanço considerável da extrema direita, a configurar a chamada nova direita, com perfil ideológico, plano estratégico bem definidos e capacidade de mobilização de massa. A ameaça fascista parece consumir-se nos marcos do chamado bolsonarismo, a permitir a ascensão de um presidente de extrema-direita que escolhe ministros não por sua competência em determinada área, mas por sua total afinidade com o credo fundamentalista do governo e sua submissão aos interesses do capital.

O conservadorismo empodera-se com diferentes faces, desde as práticas fascistas até a defesa intransigente e cega da ordem, a partir da família, da pátria e de Deus. A onda do conservadorismo chega à periferia, pela força de uma fé fundamentalista, juntando-se a um desejo difuso de mudanças. Delineia-se a tendência de um aprofundamento do retrocesso, efetivado em três anos do Golpe 16, com um acirramento do fascismo social das desigualdades e da pobreza e do fascismo político-cultural dos padrões de vida social, das formas de sociabilidade. É um tempo da forte articulação neoliberalismo dependente/nacionalismo autoritário/conservadorismo fundamentalista, a definir pilares do governo. Em verdade, estamos a vivenciar, em 2019, um contexto-limite que marca a vida brasileira, desde o Golpeachment de 2016. A luta de classes apresenta nítidas configurações, com a dominância do capital financeiro e do capital vinculado ao agronegócio e à mineração e a extrema penalização dos trabalhadores e dos pobres.

É preciso demarcar uma questão fundante em nossa análise: este momento histórico, a circunscrever o Brasil do Presente com o bolsonarismo - em meio à explosão da nova direita e ao acirramento do conservadorismo fundamentalista - é um ponto de chegada do Golpe de 2016, é a sua culminância, o seu coroamento. Acompanhando os percursos do que podemos chamar de Golpeachment nos últimos três anos - 2016/2017/2018 - delineamos a construção dos pilares do bolsonarismo: acirramento de políticas neoliberais, mediante múltiplas

estratégias, desde a Emenda Constitucional 95 até a entrega do patrimônio do país, passando pelas contrarreformas, a ceifar direitos; explosão do conservadorismo com a criminalização das grandes maiorias, quais sejam, mulheres, população indígena, população negra, população LGBTQI+; ataques frontais à democracia, fortalecendo o autoritarismo, com a construção de um Estado de Exceção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ciclos de governos petistas não conseguiram enfrentar, ou mesmo tensionar, a dependência tecnológica, a desnacionalização, a desindustrialização da economia e a reprimarização da pauta de exportação do País. Isso significa que o modelo petista de ajuste esteve limitado pelos constrangimentos da ordem sistêmica do capital no plano do mercado mundial e, no plano interno, pelas amarras da política de alianças com os segmentos do capital.

Como bem demonstra o Golpe de 2016, a levar ao fim a experiência de governos petistas no comando do Executivo Federal, a perspectiva ideológica de conciliação de classes, direcionada para um grande pacto nacional, que atenda aos interesses gerais da nação, tanto das frações burguesas, como dos trabalhadores, para superar a dependência e subordinação do Brasil no plano mundial – tal qual defendido pelo *lulismo* - não é factível nos marcos da crise estrutural do capitalismo, que permanece sem alternativas, com permanentes desdobramentos, a exigir saídas estruturais radicais, como proclamam analistas do sistema do capital, na contemporaneidade, tais como István Mészáros e David Harvey. Neste cenário de crise e suas políticas de ajuste e austeridade, com configurações distintas para os países centrais e para os países periféricos, as classes trabalhadoras vêm sendo violentamente atingidas pelo desemprego e pela precarização estrutural do trabalho. Em verdade, são desenvolvidos e aperfeiçoados mecanismos de superexploração da força de trabalho, dando materialidade contemporânea às teses de Ruy Mauro Marini, no âmbito da “Dialética da Dependência” (2005).

No contexto da crise brasileira, deflagrada da segunda década do século XXI, as contradições dos governos petistas criaram condições sócio-políticas para o avanço da extrema-direita, no Brasil do Presente, chegando ao comando do Executivo e do Legislativo, com o apoio irrestrito do Judiciário. É forçoso reconhecer que as forças de sustentação do governo de Jair Bolsonaro estão em disputa interna, apresentando tensões e embates de concepções de nível do neoliberalismo na configuração do Estado Brasileiro. A radicalização do conservadorismo, no violento ataque as questões estratégicas em nível internacional, também tensionam o contexto do governo. É o caso do meio ambiente, das populações indígenas, quilombolas, das mulheres e da população LGBTQI+.

Temos a convicção de que a História não acabou e esse momento adverso da luta de classe para as esquerdas e setores progressistas pode possibilitar a retomada da luta permanente. De fato, uma questão fundante é analisar as relações de força nesse momento histórico, avaliando a força do campo inimigo e a nossa força de resistência. Nesse sentido, um elemento estratégico é mapear por onde pulsam as resistências na vida brasileira contemporânea. Este cenário indica uma agenda de debates a serem enfrentados no campo das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. O Minotauro brasileiro: Reforma trabalhista e desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, n. 51, 2017. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/125460/2017_alves_giovanni_minotauro_brasileiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 de maio de 2018.
- ALVES, Giovanni. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2002-2013). In: MACÁRIO, E; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. (Orgs). *Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, Consulta Popular, São Paulo: 1994. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>. Acesso em 18 de jul. de 2019.
- BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Orgs). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho. Contemporaneidade brasileira: o Golpe em processo, a democracia em risco e a construção de resistência(s). *Conferência de abertura da XVI Semana da Cultura do Serviço Social*. Curso de graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE, 2018.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho. Análise de conjuntura e crise do Estado. Aula inaugural no campo das Políticas Públicas. *Dissertação (Mestrado)* Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2017a.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho. Democracia, participação e seguridade. *II Seminário de Política de Assistência Social em Maracanaú*. Secretaria de assistência social e cidadania – SAS. Observatório de Práticas do Sistema Único de Assistência Social- OBSERVA SUAS. Maracanaú – CE, 2017b.

- CARVALHO, Alba Maria Pinho. Transformações do Estado na América Latina em tempos de ajuste e resistências: governos de esquerda em busca de alternativas. In: CARLEIAL, Adelita Neto (Org). *Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina*. Fortaleza: Edições UFC, Edições UECE, UNAM, 2006.
- CARVALHO, Alba Maria Pinto.; GUERRA, Eliana Costa. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. *Revista de Políticas Públicas*, v. 19, p. 41-60, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143201003>>. Acesso em 20 de jul. de 2017.
- CARVALHO, Alba Maria Pinto.; GUERRA, Eliana Costa. Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias? *Revista de Políticas Públicas*, Número Especial, p. 267-280, novembro de 2016. Disponível em: <http://www.periodicosoletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/5978/3609>. Acesso em 15 de jan. de 2018.
- CARVALHO, Alba Maria Pinto; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ana Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Orgs). *Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- CASTELO, Rodrigo. *O Social-liberalismo - Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- CUT. *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*/Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016a.
- HARVEY, David. O neoliberalismo é um projeto político. *Esquerda.net*, 29 jul. 2016b. Entrevista a Bjarke Skaerlund Risager. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/david-harvey-o-neoliberalismo-e-um-projeto-politico/43872> . Acesso em 19 de jun. de 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). *Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14300&catid=112&Itemid=2.
- MACÁRIO, Epitácio. Neodesenvolvimentismo e Questão Social: reflexões baseadas em dados do Brasil e do Ceará. In: CUNHA, A. M.; SILVEIRA, I. M. M. (Org.). *Expressões da Questão Social do Ceará*. 1ed. Fortaleza: Ed Uece, 2014.
- MACÁRIO, Epitácio; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos; SILVA, Reinaldo de Aguiar. Trabalho e Questão Social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Ermínia Sobral; RODRIGUES JUNIOR, Natan Santos (orgs.). *Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.
- MANZANO, Marcelo *et al.* *Os donos do dinheiro: o rentismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro; MARINI, Ruy Mauro (Orgs) *Ruy Mauro Marini – Vida e Obra*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

- MÉSZÁROS, István. *Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. Para Mézszáros, capitalismo vive uma crise estrutural profunda. *Carta Maior*, 21 jun. 2011. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Para-Mezzaros-capitalismo-vive-uma-crise-estrutural-profunda/4/17047>. Acesso em 10 de ago. de 2018.
- OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. *Pianú*. Rio de Janeiro/São Paulo, n. 4. jan. 2007.
- PAULANI, Leda. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Orgs). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PAULANI, Leda. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, DF, n. 10, abr./ jun. 2012a.
- PAULANI, Leda. A dependência redobrada. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2012b.
- PAULANI, Leda. Mídia e mercado fazem terrorismo econômico. *Brasil de Fato*, São Paulo, nov. 2014. Entrevista concedida a Bruno Pavan. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/30418>. Acesso em 19 de mar. de 2015.
- POCHMANN, Marcio; BORGES, Altamiro. *“Era FHC”: a regressão do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos; CARVALHO, Alba Maria Pinho. Brasil no século XXI: Governo Temer, ofensiva neoliberal e superexploração do trabalho. In: ROCHA, Rosimar et al. *Capitalismo Contemporâneo e Educação Brasileira: Aspectos Controversos e Atuais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

Texto recebido em 16/02/2019 e aprovado em 21/06/2019